

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Instituto de Relações Internacionais

**Projeto: Operações de Manutenção da Paz e Relações Cívico-
Militares no Brasil**

Orientador: Prof. Dr. Kai Kenkel

Bolsista: Rafael Gastão Saliés
Matrícula PUC-RIO: 0502765

Introdução

Nesse trabalho procuro dar conta da evolução atual das relações civis militares no Brasil. Faço isso tendo como objeto de influência externa as Operações de Paz das Nações Unidas das quais o Brasil participa, tendo como ênfase o Haiti. Assim, a pergunta que norteia esse artigo é: Que transformações as Operações de Paz têm promovido nas relações entre civis e militares no Brasil desde 1999 e de que modo essas transformações impactam a política de defesa do país?

Para tal divido o texto em três seções e uma conclusão. A primeira é o histórico do tema, onde estabeleço as bases do assunto e de onde parte a pesquisa. A segunda parte explicita minha base teórica e minha metodologia. Essa tem importância devido aos poucos estudos acadêmicos no tema. Já a terceira parte do artigo se concentra na análise de dados coletados para chegar a uma conclusão final.

História do Tema

As Relações Civis-Militares (RCM) no Brasil se encontram em um estado de constante definição. Apesar da estrutura institucional de controle das Forças Armadas Brasileiras (FA) por parte do Governo Federal (Ministério da Defesa) ter sido completada em 1999 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso ainda temos dúvidas constantes sobre o nível de controle civil que se exerce sobre as FA. Dúvidas causadas pelo surgimento inoportuno (com espaço temporal variado) de algumas manifestações por parte de seus integrantes acerca do comando Civil (o mais recente com exposição na mídia data do dia 3/03/09) do Ministério da Defesa.

Partindo do ponto de que essa resistência interna de setores castrenses deriva de sua doutrinação dentro do elaborado sistema de educação militar procurarei através de

publicações oriundas desse sistema fazer uma análise do discurso sobre a Defesa que se constrói nesses estabelecimentos. Dou ênfase ao discurso pois a análise da literatura sobre RCM brasileira nos deixa claro que a Doutrina de Segurança Nacional veiculada pela Escola Superior de Guerra desde os tempos pré regime de 64 (cuja influência permanece até hoje) e difundida pelo sistema educacional militar teve como um de seus marcos o domínio e expulsão dos civis da operação da linguagem de defesa no país.

Aqui faço análise de discurso baseado em três pontos que dominam a construção discursiva: “*o discurso como sistema de significação*” ou seja a crença de que significados são construídos através de sistemas signos presentes no discurso. Nesse ponto se dá ênfase aos relacionamentos entre os signos presentes no discurso e onde eles estão presentes e presta-se atenção nos sistemas de relações binárias entre significantes. Como segundo ponto, a atenção a *produtividade do discurso*. Isso é, ele produz e reproduz seu objeto de definição. Assim ele define autoridade discursiva (muito importante para essa pesquisa) e de ação, define públicos para atores com autoridade, e o senso comum desses atores, de maneira a desqualificar outros. Por último, o ponto *Jogo de Prática*, define que o discurso, por ser uma série de redes de significantes abertos a influências externas, em constante contato com a realidade da qual faz parte está sempre aberto a mudanças e variação (Milliken, 1999, 229-230).

Tendo em mente o passado brasileiro e a base de procedimento metodológico, procura-se olhar o presente com ênfase nas novas dinâmicas de inserção internacional do Estado Brasileiro que necessitam do comprometimento e da operação exitosa das FA. Nesse âmbito situam-se as Operações de Paz da ONU, com as quais o Brasil assume veladamente o compromisso de participar através de suas duas políticas de defesa nacionais datados de 1996 e 2005 (e suas FA através desses planos e de notas subsequentes). Em

destaque podemos indicar a Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), da qual o Brasil participa com tropas significativas e cujo *Force Commander* tem sido brasileiro desde o início da missão.

A inserção das FA nas Operações de Paz coloca seus integrantes dentro de um modelo de operação diferenciado quanto às RCM, e que tem influência tanto antes das operações em questão iniciarem, seja por adestramento de tropa e oficiais de comando diferenciado, seja na adaptação da estrutura militar brasileira aos requisitos das Nações Unidas. Um exemplo disso é a descrição detalhada da cadeia de comando/decisória de uma missão de paz posta na figura 5.2 do Manual de Operações de Paz do Ministério do Exército de 1998. Nele se define claramente que a definição de objetivos estratégicos partem da ONU (Conselho de Segurança através de mandatos e em seguida Secretário Geral), sendo que a definição estratégica é interpretada para o plano operacional primeiro através do Representante Especial do Secretário Geral da ONU e só então passado ao Force Commander da Missão de Paz que definirá as ações da tropa de acordo. Difere do Brasil no que o planejamento estratégico das Forças Armadas é, além de específica a cada braço armado, decidido em sua grande parte internamente nas Forças Armadas com pouco espaço para os Civis da cadeia Hierarquica (Presidente e Ministro da Defesa) apesar de estarem legalmente submetidas ao Ministério da Defesa. E indo mais a fundo, “apesar dessa linha direta com os comandantes militares [o Ministros da Defesa] não ordena operações.”(Zaverucha,2005, pg 109) Aqui reside a principal diferença entre a hierarquia da ONU e no Brasil.

O que proponho fazer é uma análise discursiva predicativa e contextual dos membros que voltaram de uma operação do genero, a partir de documentos inseridos no quadro doutrinário das Forças Armadas (manuais e trabalhos de seu sistema de ensino), de

maneira a conferir as mudanças de percepção existentes (se existirem) por parte dos militares sobre o controle Civil e a inserção civil na concepção de diretrizes da defesa nacional. Dessa maneira procuro elaborar melhor o quadro no qual se encontram as RCM no Brasil com ênfase na maneira como os civis são vistos (e logo obedecidos dentro da estrutura do Ministério da Defesa – o poder de decisão do seu ministro, e dos quadros civis dentro do Ministério) pelos militares brasileiros. Em outras palavras, procuro ver de que maneira as Operações de Paz influenciam o avanço do controle civil sobre os militares. Embora trato disso, não tenho em mente concentrar no Ministério da Defesa com profundidade, mas procuro a abertura e respeito dos militares brasileiros ao comando civil através de seu discurso.

Assim, mais uma vez reafirmo a pergunta que norteia esse artigo é: Que transformações as Operações de Paz tem promovido nas relações entre civis e militares no Brasil desde 1999 e de que modo essas transformações impactam a política de defesa do país?

A importância de um estudo do gênero reside no fato de que as transformações nas relações entre civis e militares terão impacto na política de defesa, pois definirão qual grupo (civis ou militares) têm predominância, na hora de escolher nossas prioridades de defesa e fazer o planejamento de acordo com elas. Isso é claramente uma questão de comando. É por isso que teremos como prioridade descobrir a influência das Operações de Paz na figura da Minustah na mudança do modelo de relações civis militares no Brasil.

Base Teórica e Metodologia

O campo acadêmico de segurança tem diversos sub-campos. Controle de armamentos, estudos para a paz, resolução de conflitos, entre muitos outros nos quais se

incluem as Relações Cívico-Militares. Considerando também que “*International Security is not a discipline, it’s a problem*” (Lynn-Jones, Nye, 1988, pp 6-7) podemos considerar que se há um problema no Campo da Segurança no Brasil é no sub campo das Relações Cívico-Militares.

O modelo clássico de relações civis militares desenvolvido por Samuel Huntington em sua obra *The Soldier and the State*, propõe um Controle Objetivo Civil definido como a distribuição de poder político entre civis e militares estimulando atitudes e comportamentos cada vez mais profissionais dos oficiais militares e assim fazendo deles uma ferramenta do Estado. (Huntington, 1959, pg 83) como a forma mais eficiente e resultado da completa profissionalização militar. Nesse sentido os militares seriam completamente voltados ao estudo da defesa contra ameaças externas, não tendo influência na política nacional, sendo neutros, enquanto os civis procurassem encorajar a eficiência militar nesse campo . Não só isso, mas segundo o modelo o Controle Objetivo Civil seria o mais proveitoso para os países pois resultaria em melhor desempenho quando em defesa dos mesmos. Definido como a maximização do profissionalismo militar, conta com a neutralização política militar justamente por esse caminho (Huntington, 1959, pg 83, 84).

Esse modelo é proveitoso para nossa análise pois no ocidente a profissionalização é vista através da existência de um Ministério de Defesa comandado por civis, plenamente reconhecidos como autoridade e onde concentramos nossa busca do reconhecimento da legitimidade civil no campo da defesa no Brasil. Nesse sentido os militares tornam-se uma “ferramenta do estado”, politicamente neutros. No Brasil temos que o Presidente da República é o Chefe da Cadeia de Comando dos Militares, seguido pelo Ministro da Defesa e então o Comandante de cada braço das Forças Armadas. Nosso indicador maior de que o respeito a essa hierarquia de comando vem evoluindo é a procura pela abertura militar ao

[KMK1] Comentário: Muito mais detalhe então sobre Huntington se vai usar esse modelo

conhecimento civil. Mais que isso é o abandono da mentalidade que esteve presente nos militares brasileiros por boa parte do século XX: “*to make an army they had to make a country*” (Nunn, 2001, pg 20). No sentido de que os militares se davam uma missão interna, da qual dependia a missão externa, e na qual não reconheciam civis capazes de executar. Esse último fator é essencial para aceitação de comando: reconhecimento da capacidade e da autoridade de quem comanda.

Temos dentro deste modelo questões de controle Vertical (estrutura de comando/teóricamente resolvido no Brasil com a criação do Ministério da Defesa) e Horizontal (hierarquico, número de ministros militares) sobre os militares. O problema quanto ao Controle Vertical, é saber se ele foi aceito plenamente pelos militares no seu processo de profissionalização crescente no Brasil (de acordo com os padrões de Huntington). Nesse sentido, o questionamento proposto é único: será que a simples existência de controle estrutural gera uma subordinação? Será que por estar inserido na estrutura de comando do Ministério da Defesa as doutrinas do Exército e dos outros braços foi influenciada? Penso que não. Os militares brasileiros contam com ampla autoridade para discutirem e definirem o planejamento dos assuntos por eles securitizados e assumem no campo de defesa no Brasil o *discursive dominance* (Kenkel 2006, p.2). Não só isso, mas o monopólio do discurso de segurança é incentivado através das tradicionais doutrinas internas das Forças Armadas nas quais o controle Civil suscita desconfiança. A idéia base é de que os civis no Brasil não dominam a linguagem de segurança, logo não teriam base para discutir nossa segurança. Não dominam pois foi definida durante o Regime Militar, e hoje têm problemas em lidar com as palavras. Por exemplo, *Segurança Nacional* hoje é sinônimo de lei repressória e doutrina dos governos militares. Logo não é usada no Brasil

embora tenha uso amplo no ocidente. Discrição do poder discursivo se vê em Chimombo e Roseberry:

“When language is used constitutively, different categories of language use and form provide means of recreating the social power structure...In general all societies create groups that are holders of power. In most societies, the so-called professions are among those groups. As respected subcultures within society, the professions offer their members substantial in-group power. This power enables the members not only to exploit clientele for personal (if not always mutual) benefit, but also to support, enhance, and even redefine the values of the culture.” (Chimombo e Roseberry, p. 12)

. O que importa para definir o control Civil é a subordinação militar aquiescida. *“A highly professional officer corps stands ready to carry out the wishes of any civilian group which secures legitimate authority within the state”* (Huntington, 1959, pg 84). Dessa maneira procuramos o fim definitivo do Militarismo Profissional e a passagem para o Profissionalismo Militar. A diferença entre os quais Nunn define como : *“ Military professionalism is a state, a condition based on education and expertis, autonomous institutional governance, a sense of career, and an explicit statist mission. Professional Militarism is the willingness and propensity to provide solutions to a country’s problems...based on a military ethos”* (Nunn, 2001, pg 15)

A aceitação da supremacia civil na definição de políticas de todos os tipos, incluindo de Defesa, é de suma importância. Este é o meu parâmetro de pesquisa. Nesse sentido os primeiros marcos do reconhecimento aparecerão no primeiro local do qual os civis foram excluídos. O discurso castrense, através de entre outras táticas o desmerecimento do conhecimento civil em respeito à Defesa Nacional (estratégia de

autoridade) e de monopolização dos termos usados na construção do conhecimento nessa área (palavras chaves que os civis não teriam familiaridade ou conforto em usar)¹.

As implicações disso são óbvias vistas a partir das grandes teorias sociais de Relações Internacionais. Os militares (como Huntington mesmo os define) são um grupo fechado em suas próprias tradições e valores. Valores estes que tentam impor ao mundo exterior de acordo com sua interpretação de necessidade para cumprir sua missão e proteger interesses nacionais (identificados por eles que como já expus, de acordo com Nunn historicamente foram voltados a construir um país – missão interna confundida com externa). A teoria Construtivista facilmente identifica que um grupo com identidade própria tem atuação política importante na formação das estruturas do sistema. Mais que isso, uma identidade com capacidade de ter atos de fala assertivos nos moldes onufianos, ou seja, podemos consequentemente afirmar que definem a maneira como a pasta de Defesa, e as políticas que dela advém, surgem e são executadas (Onuf, 1998, pg 63-68).

Vale a pausa para pensar sobre o conceito de identidade do Estado e logo identidade de grupos em geral. Gheçiu se utiliza de Jepperson, Wendt, and Katzenstein ao discutir identidades de Estados:

“I take state identities to mean the prevailing intersubjective ideas of collective distinctiveness and purpose. By defining the key characteristics of a given polity, these ideas shape both its domestic politics (...), and its foreign policy (...). Useful indicators of change

¹ O maior exemplo no Brasil é como já citei, o uso do Termo Segurança Nacional. Por exemplo, Nos Estados Unidos é comum o uso do termo *National Security*, mas a tradução para o português lembra diretamente a Doutrina de Segurança Nacional veiculada pela Escola Superior de Guerra no Brasil e os consequentemente a repressão dos governos militares. Não só isso, mas há a percepção (como pontuam diversos autores consultados) na academia de que assuntos militares não configuram estudos acadêmicos em grande parte por isso. Por outro lado os militares são rápidos em identificar uma falta de conhecimento da matéria de Segurança no Brasil e fazem questão de sempre lembrar ela para marcar sua própria especificidade de conhecimento.

[KMK2] Comentário: Cadê as fontes para essas constatações?

[KMK3] Comentário: Você tem que integrar melhor esses dois assuntos no fluxo do argumento... porque nos interessa que os milicos são um grupo a parte, e a identidade do estado? Ligar isso melhor com o resto...

in the definition of national identity include the emergence of new intersubjective ideas about the key characteristics of the given polity (a new understanding of the collective self, and of the nature of correct or appropriate norms of governance), and a new conception of the relationship between the national self and the outside world (such as a rearticulation of the self 's particular position—identification with, similarity to, or difference from, even opposition to—various international others, and the purpose of the self in the context of interactions with those different others).”

Gheçiu, 2005, pg 977

Essa identidade fortíssima é ligada ao ideal de Comunidades Imaginárias de Benedict Anderson, identificado por David Campbell que analisa quando aquele nos expõe o nacionalismo como um “artefato cultural representado textualmente” (Campbell 1992, p. 11)². A distinção que Huntington faz da profissão militar (com seu senso de coesão social e identidade fechada em contraposição à sociedade civil) é próxima à conceituação das Comunidades Imaginárias e leva em conta os aspectos identitários apontados por Gheçiu e por isso concluo que os militares (em geral, mas especialmente e de maneira dominante) no Brasil formam o que eu identifico como a comunidade “de Defesa” brasileira. Identifico assim pois, a coesão interna dos oficiais militares, sua cultura comum e atuação política social no Brasil aliados a exclusão passada de civis da discussão sobre Defesa cumprem o papel de definir uma comunidade coesa, profissional e engajada. Essa comunidade “de defesa” prefere ver uma uniformidade não existente no que ela diz representar e desautorizaria qualquer discurso que não seja dela. É uma questão de entender que a doutrina militar representa os valores dessa comunidade e que o sistema de educação militar afirma e consolida eles. Logo, o acesso ao que se produz nesses locais se prova útil para descobrir de melhor forma a doutrina e como a imagem dessa comunidade de defesa

[KMK4] Comentário: Elabora e cita mais. FONTE.
Kai aqui não tenho Fonte porque é minha a conclusão entre os dois conceitos de profissionalismo e comunidade imaginária.

² Tradução para o português do autor.

se relaciona com os civis brasileiros. Mais que isso, serve também descobrir as divisões dessa comunidade e as mudanças que vão se dando nela decorridas dos últimos aspectos que destaco que foram apontados por Gheçiu³. Isso só é possível pois a teorização de identidades nacionais (uma teorização que chamo “macro”) é aplicável em escalas menores, a grupos sociais distintos marcantes e politicamente poderosos na política de defesa do Brasil (redução e adaptação do “macro” ao “micro”). Nessa adaptação do conceito de comunidade imaginária de identidades nacionais para identidades de grupos inseridos nacionalmente, no caso das Forças Armadas Brasileiras se foca em sua doutrina pois é nela que reside as crenças, valores e medos dessa comunidade.

Historicamente esses valores têm dominado a política de defesa brasileira e excluído os civis. Mais que isso; o discurso contínuo da autodeterminada comunidade de defesa (militar por autodefinição) descreditou a autoridade daqueles que dela não provêm, nos mesmo moldes de ação de outras Comunidades Imaginárias⁴. Tendo base construtivista no marco teórico de co-construção de identidade, via influência da interação intra atores e entre atores e estruturas para definir identidades (aqui pode-se citar tanto Alexander Wendt ou Nicholas Onuf, embora o último vai enfatizar a importância de regras também⁵), procura-se mudanças na Doutrina e nas percepções da doutrina aplicáveis às relações civis

³ “Useful indicators of change in the definition of national identity include the emergence of new intersubjective ideas about the key characteristics of the given polity (a new understanding of the collective self, and of the nature of correct or appropriate norms of governance), and a new conception of the relationship between the national self and the outside world (such as a rearticulation of the self’s particular position—identification with, similarity to, or difference from, even opposition to—various international others, and the purpose of the self in the context of interactions with those different others)”. Gheçiu, op cit.

⁴ Por exemplo, a Comunidade Imaginária que Campbell identifica em *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*, a Comunidade Imaginária Americana, é a mesma que desautorizou publicamente os seus opositores na alegação de falta de americanidade – quer dizer uma mistura de patriotismo e falta de valores – a quem criticava o governo Bush durante a invasão e ocupação do Iraque

⁵ Enquanto Wendt se concentra na interação entre os agentes e a Estrutura Social, Onuf explicita que na vida social existem regras. Existem para serem seguidas ou quebradas pela interação social, o que não diminui a importância delas.

militares Brasileiras no Discurso dos integrantes das FA que estiveram em missões de paz e em trabalhos do sistema educativo. Se faz isso para pesquisar o grau com que essas participações influenciam a Doutrina e logo modificam as relações civis militares na atualidade. Lembra-se que a identidade do corpo de oficiais, que são a face visível das FA, é moldada, perceptível e institucionalizada na sua Doutrina logo a maneira como se relacionam com civis muda de acordo com a **mesma**. Assim o que se ensina na Escola Superior de Guerra, na Escola de Comando e Estado Maior, na Escola de Guerra Naval, entre outros é reflexo direto da identidade formada nos altos escalões e podem ser influenciadas pelas lições aprendidas nas missões de paz e por experiências particulares de oficiais que eventualmente assumam posições de ensino e que venham a definir a doutrina⁶. Embora historicamente existiu um padrão no discurso militar, isso não quer dizer que hoje não haja outro padrão se formando.

Os efeitos da interação, tanto institucional, quanto pessoal, em organizações de segurança internacionais e multinacionais (não só pessoal civil de Organizações Internacionais/ONU mas também de outras Forças Armadas) podem ser avaliados através de e por causa da crença teórica de que o discurso é uma ato de construção e afirmação da Realidade. Essa, contruída nos meios de socialização, que no nosso caso são os centros para o adestramento contínuo dos oficiais.

Nosso trabalho é de analisar o Discurso militar presente em monografias produzidas por militares, conjugando à base teórica de RCM dentro e através de diálogos com a Teoria Construtivista. Tal base teórica e um olhar preliminar sobre os dados me permitem sustentar a seguinte hipótese: As Operações de Paz das Nações Unidas, ao oferecerem

⁶ Caso particular do entrevistado, Major Bastos que está para ocupar posição de ensino no ECEME e participou do segundo contingente brasileiro no Haiti.

[KMK5] Comentário: Vai dar exemplos? De pessoas? De doutrinas? De escolas que eles frequentam?

outro ambiente de socialização, propulsionam avanços nas relações civis militares no Brasil, e permitem uma inserção cada vez maior de civis na feitura de nossa Política de Defesa⁷. É importante aqui ressaltar que o critério para progresso reside no avanço do controle civil sobre os militares (sua autoridade) dentro da Estrutura de Controle Vertical do Controle Objetivo Civil. Essa estrutura depende do nível de autoridade que um grupo ocupa dentro do Governo. Ou seja se os militares ocupam ou não níveis hierárquicos de subordinação, se o corpo de oficiais tem controle sobre outras instituições do governo ou se o governos tem sobre os oficiais. Também importa de que forma, se ministérios são controlados ou não, quais e quantos. Da mesma forma se os militares não controlam mais nada, se eles são independentes (duas hierarquias de governo) ou se sendo controlados se têm acesso direto ao soberano ou se submetidos a controle ministerial (de um civil). Eu enfatizo que mais que o nível de autoridade importa o nível de aquiescência da autoridade aleia.

Há progresso em partes das Forças Armadas e alguns retrocessos midiáticos. Parte do sucesso seria impulsionado pela MINUSTAH, visto como resultado da definição de uma Política Pública (ou seja uma Política Externa que é intimamente ligada a Política de Defesa) que teve participação civil e cuja decisão envolvia os militares. Digo isso tendo em mente que a decisão de política externa que leva em conta os interesses do Estado, envolvendo direta ou indiretamente as Forças Armadas, é sempre acompanhada de perto pelos militares. Mais que isso o emprego de contingente subordinado a civis (na ONU) vistos como competentes pelos próprios militares tende a abrir possibilidades domésticas

⁷ A maioria dos países do mundo fazem referência à Política de Segurança, mas no Brasil o termo é entendido de acordo com sua ligação à base ideológica dos Governos Militares, logo pouco empregado academicamente.

para uma assunção similar. Esse ponto de vista parece estar lentamente transbordando para o resto do imaginário da Defesa do Brasil na mente militar.

Ou seja o quadro de dominância discursiva excludente e o próprio interesse no que pensam setores civis está mudando. Tendo participado da preparação e da missão em si, militares de patente brasileiros estão adquirindo experiência não só operacional mas estratégica hierárquica de convivência com civis. Civis que dominam a área de segurança/ Operações de Paz, e, por isso, têm como influenciar posteriormente a percepção doutrinária das Forças Armadas Brasileiras do comando civil. Enquanto isso existe retrocesso, que é, em parte, protagonizado por oficiais mais antigos, logo longe desse processo de socialização estudado, e que já passaram por todas as intuições de ensino das Forças Armadas. Tendo doutrina forte na antiga Doutrina de Segurança Nacional.

Mas também temos algumas variáveis. Tendo em mente a análise qualitativa e abdução (pois parto para os dados com uma base teórica) do material de pesquisa, questiona-se a existência de uma Comunidade Imaginária apenas. Há discrepâncias doutrinárias entre a Marinha e o Exército brasileiro. A pergunta que fica é se essas discrepâncias aliadas a tradições distintas, adestramento separado e interesses não convergentes não gera na verdade a partição da Comunidade de Defesa no Brasil em duas. Com uma parte tendo aceitação maior dos civis que a outra.

O Discurso Militar.

Através das monografias e da entrevista vejo um avanço do controle objetivo civil. A frequência com que se trata da necessidade de interação com a sociedade civil vem aumentando e a necessidade de procura de informações sobre assuntos de defesa está cada vez maior. Assim como nas missões de paz se procura pelos conhecimentos de especialistas civis e interação com eles no adestramento de tropa e nos estágios de oficiais (um grande

exemplo no Exército é o Centro de Instrução de Operações de Paz), ou então em palestras, para aumentar o grau de qualificação e trocar conhecimentos (constante com os Fuzileiros Navais). Ao mesmo tempo os manuais de doutrina não mais têm barreiras ao discurso civil, embora em sua ampla maioria tratam dos civis apenas no plano tático. Porém é compreensível na medida com que esses manuais são em sua maioria apenas para esse nível. Nesse segmento podemos citar o apoio público do comandante do exército à nova estratégia de defesa nacional assinada apenas por dois ministros civis. Embora houve reação de crítica por três generais do Exército Brasileiro na época considero que esses eventos são cada vez menos comuns. Em nada se compara ao início do Ministério da Defesa quando ministros foram obviamente boicotados pelos militares (Zaverucha, 2005, pg 109-110).

Porém, se identifica ainda nessas crises traços que dificilmente são apagados. Por exemplo, o general Heleno de Freitas (ex Force Commander da Minustah e na época comandante militar da Amazônia)⁸ na ocasião da demarcação da Reserva indígena Raposa Serra do Sol declarou publicamente posição contrária a política do governo Lula no melhor espírito do Brigadeiro Érico Braga que exemplifica o sentimento do general na frase: “o compromisso do militar é com a nação não com o governo” (Zaverucha, 2005, 110). Igualmente e no mesmo dia o General Heleno foi apoiado pelo General Luiz Cesário da Silveira Filho que afirmou: “*Nossa preocupação é constitucional, com a soberania brasileira*”⁹

Mas ao mesmo tempo se tem mudanças positivas como a veiculação do Manual de Operação de Paz passa pelo Ministério da Defesa onde a decisão política de participar é claramente deixada de lado, sem oposições linguísticas,¹⁰ no qual a definição dos interesses nacionais é feito pelo Itamaraty em conjunto com a presidência. Uma marca clara da mudança das forças armadas para uma ferramenta do estado, ou como já definimos

⁸ Disponível declaração no link <http://www.youtube.com/watch?v=OBQ10CSIBC0&feature=related> retirado do Jornal Hoje, programa de televisão da Rede Globo. Acesso dia 13/08/09

⁹ O Globo Online, Maiá Menezes e Flávio Tabak. **General diz que política indigenista do governo é um caos e alerta para risco à soberania.** Publicação 16/04/2008 http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/04/16/general_diz_que_politica_indigenista_do_governo_um_caos_alerta_para_risco_soberania-426883967.asp acesso 25/01/2009

¹⁰ “Após a avaliação preliminar conduzida pelo MRE, concluindo-se pelo interesse brasileiro em participar de uma OP, tem início no âmbito do MD e das FA uma série de atividades de planejamento militar que culminará com o envio de tropa para a área da operação de paz.” Ministério da Defesa MD33-M-01, 2006

anteriormente para Profissionalismo militar. Vale lembrar que no Manual de Operações de Paz de 1998 veículado pelo ainda existente Ministério do Exército não havia essa definição, e todos sabemos que silêncio vale ouro

Nesse sentido, procuro reverter a entrevista com o Major Bastos. Integrante do segundo contingente do Exército Brasileiro, foi concedida entrevista na Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Nela busco ressaltar alguns fatores que chamaram a atenção em seu discurso. Por início, a utilidade das operações de paz para as forças armadas é explicada pelo major em termos de adestramento e profissionalismo. O bom desempenho em missões do gênero seria uma forma de mostrar serviço a sociedade e testar conceitos operacionais em campo. Logo temos que se vê a Minustah como forma de propaganda a favor do Exército junto a população e dissuação e prestígio na comunidade internaciona.

Mais que isso, o major posteriormente viria a afirmar que as necessidades materiais das forças armadas poderiam vir a ser atendidas devido ao bom desempenho nessa missão (nesse momento foi extremamente específico em afirmar que não havia remuneração ao Exército pela ONU, mas que o desempenho em si era fator de barganha naquilo que é a maior reclamação atual das Forças Armadas Brasileiras junto a sociedade).

Quanto a mudanças doutrinárias foi explicado que oficialmente elas podem vir a ser adquiridas através de lições no relatório pós missão. Ou seja teriam caracter extremamente oficial. Contra põe-se a isso a possibilidade pessoal de experiências de oficiais influenciarem a doutrina. E mais uma vez em postos de mestria não trocariam experiências pessoas com doutrina. O que se entende disso é que para que as lições aprendidas virem parte oficial da doutrina e que haja uma mudança explícita em relação a civis é necessário que os oficiais que hoje estão em patentes mais baixas (que formam a maioria dos contingentes, excetuando-se os praças) subam a hierarquia em um processo profissional que demora anos.

Quanto a questão de hierarquia, quando perguntado da função de civis, comparando Haiti e Brasil fica o nítido entendimento de que no Brasil o Exército se vê longe de influências civis a não ser em sua hierarquia maior (mesmo assim pouca) enquanto no Haiti a ação militar estava completamente circunscrita ao comando da ONU. E continua o discurso de desconhecer outros debatedores brasileiros na área de segurança. Para os oficiais, Estudos Estratégicos apenas se faz no Exército. Gunter é o maior exemplo

disso quando relata a atualidade dos estudos de segurança no Brasil datando apenas de 1985 na UniCamp. Isso serve como confirmação não oficial de si para si mesmo (reafirmação de uma realidade autoconstruída discursivamente e forçada durante os governos militares) do papel das Forças Armadas na construção de políticas de defesa. Políticas essas que como vimos envolveram historicamente construção do país (interesse revelado por Gunter em ter ministros militares) (Hoepers, 2006, pp 29-32). Claramente se vê que não se tem bons olhos para o comando civil.

Porém em confronto o Major Bastos demonstrou apesar de evitar responder diretamente à perguntas envolvidas no comando civil brasileiro maior abertura. E da maneira que retratou o comando hierárquico da ONU predisposição a tal. Mas o que sempre vem a mente é a falta de preparo (construído por motivos discursivos, e falta de confiança militar) dos civis brasileiros.

Em contrapartido os Fuzileiros Navais se mostram mais abertos ao comando civil. Em 2008 previo ao embarque do décimo contingente o Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais afirmou que a função dele era “traduzir” às determinações estratégicas, provenientes da liderança política, em objetivos táticos no campo à tropa. O entusiasmo e força na resposta levam a crer que a orientação doutrinária nos Fuzileiros/Marinha como um todo passa por esse sentido. Basta reparar no discurso exaltado por todo fuzileiro de que ali resta a única força cem por cento profissional do Brasil.

Da mesma maneira os fuzileiros tendem a encarar missões como a do Haiti como uma questão de Política Pública. A própria escolha de palavras já infere que algo cuja escolha não cabe aos militares mas ao poder político. Isso pode ser visto no artigo Estudo de Caso

A Decisão do Brasil de Participar da Minustah no Contexto da Implementação de Políticas Públicas, por Guilherme Mattos de Abreu no qual o processo de preparação dos fuzileiros é descrito e que percebe-se a influência do processo decisório nacional político. E que se dá relevância aos planejamento do Estado Maior de Defesa (dentro do MD) na análise da situação e da necessidade de mobilização que viria.

O Exército tem lampejos de que avançava antes do Haiti. Na monografia de Da Silva ele resalta a diferença entre um padrão militar de ação e um padrão político. O primeiro seria no Brasil o equivalente da nossa situação durante a o regime militar. Os

interesse militares sobrepujam o político, e se tem a oposição desse ao padrão político de administrar a estratégia com a política. O padrão político é o exaltado como vitorioso nas guerras do século XX. O papel da história é importante para as forças armadas pois nela foram testadas todas as doutrinas anteriores. Logo a importância dessa diferenciação. Porém fica nítido que o autor procura diferenciar o estratégico do político. O estratégico seria circunscrito aos militares, logo longe do político, o que é o justo contrário do que ocorre no Haiti (Da Silva, 2001, pp 76-78). Faz isso ressaltando com crenças clausewitzianas a interação entre o político e o estratégico¹¹, mas resta a divisão pétrea na qual civis são excluídos de decisões estratégicas logo a utilidade de civis no Ministério da Defesa seria restaria nula.

Já Cunha nos apresenta outra perspectiva. Enfatizando as hipóteses de emprego das Forças Armadas nos diz que: *“ações voltadas para a defesa externa, considerando-se todas as ameaças, inclusive à Amazônia, colocam-se no mesmo nível de importância as ações subsidiárias e as de garantia da lei e da ordem”*(Cunha, 2004, 43). Em outras palavras a missão interna do Exército sobrevive e além do mais é constitucional.

A importância disso em relação as Operações de Paz é de que como integrantes do corpo de Fuzileiros Navais e do Exército, incluindo Major Bastos, o Haiti é visto como lugar de desenvolver a parte de GLO (garantia da lei e da ordem) da doutrina e manter efetivos treinados:” Uma das formas mais eficientes de manutenção de efetivos militares treinados é a participação em operações de paz”. Pratica essa vista no patrulhamento das eleições estaduais de 2008 no Rio de Janeiro cuja face na mídia era o comandante do Centro de Instrução de Operações de Paz Coronel Novaes. Outro ponto importante é a equalização discursiva de operações de GLO a defesa da Amazônia. Como muitos reconhecem as Forças Armadas Brasileiras têm hoje uma particular sensibilidade com a defesa da Amazônia, sempre lembrando que ela corre e poderá correr perigo futuramente logo igualar Amazônia a GLO é um grande marco das prioridades do Exército. No mais vale comentar que o manual de doutrina de GLO do Exército é inacessível para civis. Ou

¹¹ “a despeito de consideramos de indiscutível e fundamental importância a subordinação da estratégia à política, essa relação não deve possuir características de submissão, mas de harmonia e de cooperação, com os dois níveis interagindo constantemente, complementando-se. Os militares não podem ter dúvidas quanto aos objetivos do conflito, necessitando estar cientes de todas as nuances políticas que o envolvem; e os políticos, de forma alguma podem desconhecer as possibilidades e as limitações das forças armadas.” Da Silva, pg 78.

seja, pode-se entender aí uma mentalidade de que nós não podemos saber como nossas forças Armadas agem no Brasil contra civis pois saber prejudicaria as Forças Armadas e seus objetivos operacionais. Os civis são os inimigos.

Porém penso que no geral podemos ter certeza de que o profissionalismo avança nas Forças Armadas. O Exército por sua característica de força singular de terra tem dimensões que não permitem experiências uniformes a todos os oficiais. Os fuzileiros navais por terem tamanho reduzido de tropas e missão conseguem todos passar pelo Haiti (sem contar um doutrinação já diferenciado ligado ao profissionalismo). Dessa maneira no Exército é possível encontrar tanto oficiais mais ligados ao Militarismo profissional ou ao Profissionalismo Militar. As vezes se encontra ambos no mesmo oficial pela força da doutrina. É justo reconhecer que mesmo que há resistências ao avanço do comando civil tem se em conta de que resiste-se ao que vem avançando e as operações de paz, com ênfase ao Haiti, tem grande influência nisso. Mesmo o general Augusto Heleno de Freitas quando reclama da política indígena do governo ressalta em seguida que quer promover um debate de um assunto que lhe preocupa. Como quem se desculpa por fazer o que não deve, mas sente a obrigação de fazer¹².

CONCLUSÕES

A pesquisa possibilitou concluir que a Minustah tem ajudado a avançar pelo choque de modelo de relações civis militares o profissionalismo militar no Brasil. Só o fato de querer participar e ter que se adequar a ela mostra isso. Além do mais a predominância de operações ligadas ao tipo ocorridas na Minustah (GLO) contribui com esse achado. Porém reafirmo que devido a característica singular da hierarquia militar os oficiais que voltam da Minustah são minoria no Exército e se encaixam na doutrina que é professada pelos seus superiores. É o caso de esperar que esses oficiais subam na cadeia de comando e definam eles mesmos a doutrina do Exército. No fim resta lembrar que a acessibilidade a documentos foi fundamental na biblioteca do ECEME e da EGN, sem contar o site do

¹² Entrevista a Rede Bandeirantes disponível no link <http://www.youtube.com/watch?v=yZ3hhRipt30&feature=related> . Acesso 15/05/2009

COTER, o que por si conta como avanço nas relações civis militares, restando apenas o caso do manual de GLO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. **A Síntese Imperfeita: articulação Entre Política Externa e Política De Defesa Na Era Cardoso (1995-2002)**. Universidade de Brasília, Brasília DF. 2002

ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues. **O Ministério Da Defesa Está Consolidado?**. A Defesa Nacional 90.800 set/dez 2004. 44-50.

AVENA, Julio Cesar. **A Estratégia Militar Brasileira: Integração De Conceitos e Mentalidade**. Rio de Janeiro: CPEAEX, 2003.

BARBOSA, Rubens Antonio. "O Lugar do Brasil no Mundo." **Política Externa** 5.2 (Setembro 1996): 69-82.

BARROS, Alexandre de S. C. **The Brazilian Military : Professional Socialization, Political Performance and State Building**. Thesis (Ph.D.)--Univ. of Chicago, Dept. of Political Science, March 1978

BASTOS, Augusto Costa. **A Evolução Da Preparação Operacional Das Tropas Brasileiras De Força De Paz De Moçambique Ao Haiti: Uma Constatação Histórico-Científica..** Rio de Janeiro: ECEME, 2007.

BONAT, Hamilton. **Ministério Da Defesa**. Rio de Janeiro: ECEME, 1997

Instituto de Relações Internacionais

CASTRO, Celso, D'ARAUJO, Maria Celina, eds. **Militares e Política Na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CAMPBELL, D. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1992

_____ Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility. In: LAPID, Y. et KRATOCHWILL, F., **The Return of Culture and Identity in IR Theory**, Boulder, London, Lynne Rienner, 163-181. (1996).

CHIMOMBO, Moira, ROSEBERRY, Robert L. **The power of discourse: an introduction to discourse analysis**. Mahwah, N.J., Lawrence Erlbaum Associates. 1997

COSTA, Darc. "**Pensando a Política De Defesa até 2010**." A Defesa Nacional 3 Trimestre de 1998.781 1998. 5-18.

CUNHA, Jorge Luiz Ferreira Goncalves da **Política de Defesa Nacional e Realidade Brasileira: Imposicoes a Forca Terrestre**. Rio de Janeiro: ECEME, 2004.

DA COSTA, CMG(FN) MARCO ANTONIO NEPOMUCENO, et al. "**O Grupamento Operativo De Fuzileiros Navais Haiti O Pouso do Albatroz**." O Anfíbio 2004. 9-18

DA COSTA, Marco Antonio Nepomuceno. "**O Brasil e as Operações De Paz Da ONU**." Cadernos do Caetex 2006. 28-35.

DA SILVA, João Cesar Zambão, "**Política e Estratégia nos Conflitos do Século XX**" Rio de Janeiro: ECEME, 2001

DE ABREU, Guilherme Mattos. "**Estudo De Caso: A Decisão do Brasil De Participar Da Minustah no Contexto Da Implementação De Políticas Públicas**" Revista da Escola Superior de Guerra 21.46 2º semestre 2006. 108-40.

FIALHO, Ivan. **A ESG como Instituição e a Defesa Nacional**. Vol. Setembro. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, Centro de Estudos Estratégicos, 2002. Acesso dia 27/09/2008 Disponível em <<https://www.esg.br/cee/ARTIGOS/ivan1.pdf>>.

GHEÇIU, Alexandra. **Security Institutions as Agents of Socialization? NATO and the 'New Europe'**. Cambridge: Cambridge University Press, International Organization (2005), 59,4. Pp 973-1012

HERZER, Roger Hamilton. **as Relações Entre Civis e Militares Com o Advento do Ministério Da Defesa e Da Política De Defesa Nacional: Como Sensibilizar a Sociedade Brasileira Para Os Assuntos De Defesa**. Rio de Janeiro: ECEME, 2006.

HOERPERS, Günter. **Contribuição Da Ciência Política Para as Relações Civis-Militares**. Rio de Janeiro: ECEME, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations**. Cambridge: The Belknap Press of University of Harvard Press, 2008.

---. **The Third Wave**. Norman: University of Oklahoma Press, 1993.

HUNTER, Wendy. **Eroding Military Influence in Brazil : Politicians Against Soldiers**
. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 1997.

JÚNIOR, Domício Proença, DINIZ, Eugenio. **Política De Defesa no Brasil: Uma Análise Crítica** . 1st ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

KENKEL, Kai. **Language matters: security discourse and civil-military relations in post-ditadura Brazil**. *Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association, Town & Country Resort and Convention Center, San Diego, California, USA,*

Mar 22, 2006 Acesso na data 25/05/2009. Disponível no site
<http://www.allacademic.com/meta/p99949_index.html>

LYNN-JONES, Sean M., NYE, Joseph . **International Security Studies**, International Security, vol. 12, n. 4. 1988

MARTINS FILHO, João R., ZIRKIER, Daniel. The **Brazilian Military Under Cardoso: Overcoming the Identity Crisis**. Journal of Interamerican studies and World Affairs 42.3 2000. pp 143-70

MILLIKEN, Jennifer. **The Study of Discourse in International Relations:: A Critique of Research and Methods**. European Journal of International Relations,5,2, 1999. Pp 225-254

NUNN, Frederick M. "Foreign Influences on the South American Military: Professionalization and Politicization." In: Patricio Silva(ed) **The Soldier and the State in South America: Essays in Civil-Military Relations**. New York: Palgrave, 2001. 13-37.

PION-BERLIN, David. **Latin American National Security Doctrines: Hard and Softline Themes**. Armed Forces and Society 15.3 Spring 1989. 411-29.

ONUF, Nicholas. Constructivism: A user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, V., ONUF, Nicholas, KOWERT, Paul (ed) **International relations in a constructed world**. New York: Sharpe, M.e., Inc. 1998. Pp 58-78

_____Making Terror/ism. **International Relations**, 2009. pp 23-53

SHINZATO, Luiz Marcos. **O Papel do Ministério Da Defesa Na Condução Da Política De Defesa Nacional: Uma Visão**. Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

STEPAN, Alfred. . **Rethinking Military Politics: Brasil and the Southern Cone**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Instituto de Relações Internacionais

STURARI, Raul José De Abreu. **Civis, Política e Segurança Nacional Na Nova República.** . Rio de Janeiro: EGN, 2002

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor De Sabres: Controle Civil Ou Tutela Militar? Estudo Comparativo Das Transições Democráticas no Brasil, Na Argentina e Na Espanha.** São Paulo: Ática, 1994.

_____ **A Fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro.** In: Revista de Sociologia e Política Nº 25: 107-121 NOV. 2005

MINISTÉRIO DA DEFESA, EXÉRCITO BRASILEIRO, ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Manual De Campanha: ESTRATÉGIA. Manual Doutrinário ed., 2001.

MINISTÉRIO DA DEFESA. MANUAL DE OPERAÇÕES DE PAZ. Manual Doutrinário ed., 2006.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Manual De Campanha, OPERAÇÕES. Manual Doutrinário ed. Vol. 3., 1997.

_____ OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ. Manual Doutrinário ed., 1998.

ENTREVISTAS

Major M.B, realizada dia 30/06/2009 no Rio de Janeiro, no ECEME.

